

## INTRODUÇÃO

### Tradição Antiga e Tradição Oral Moderna: pontes e fronteiras

Qualquer estudo que conjugue o Romanceiro Velho com o Romanceiro Oral Moderno e que se pretenda lúcido e consciente levanta, de imediato, algumas questões que obrigam, antes de mais, a umas linhas de reflexão. Esta reflexão prévia torna-se tanto mais imperiosa quanto mais se tenta objectivar e clarificar as possíveis e impossíveis relações que a Tradição Romancística Antiga e a Tradição Oral Moderna estabelecem entre si.

Não figurando nos horizontes deste estudo a elaboração de uma história do Romanceiro Velho, nem tão-pouco apresentar conclusões acerca da tradicionalidade dos textos que nos chegaram até hoje através da imprensa dos séculos XV, XVI e XVII, não posso, contudo, deixar de sublinhar o surgimento da tradição textual romancística, em 1421, com a fixação do romance “Gentil dona, gentil dona”, pelo estudante maiorquino Jaume de Olesa<sup>1</sup>. Trata-se, na realidade, do texto que inaugura a vida documental do género romance. Não esqueçamos que o conhecimento actual do Romanceiro quatrocentista e quinhentista nos chega exclusivamente por via documental (*cancioneros* e *pliegos* dados a lume nesses séculos<sup>2</sup>) e que a tradição

---

<sup>1</sup> Este romance encontra-se fixado no fólio 48r dum manuscrito depositado na Biblioteca Nacional de Florença. Indico, por uma questão de acessibilidade, a edição anotada de “Gentil dona, gentil dona” dada a lume na antologia de Giuseppe Di Stefano, *Romancero*, Clásicos Taurus – 21, Madrid, Taurus Ediciones, 1993, pp. 144-146. No que concerne à questão das origens do Romanceiro e da tradição textual romancística, remeto para a síntese elaborada por Pere Ferré, com a colaboração de Cristina Carinhas, Ramón dos Santos de Jesus e Eva Parrano, “1. Questões preliminares”, in *Romanceiro Português da Tradição Oral Moderna - Versões Publicadas entre 1828 e 1960*, I vol., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 19-39.

<sup>2</sup> Ressalte-se o magnífico labor de Antonio Rodríguez-Moñino na divulgação dos romances impressos no século XVI. “Al mediar la centuria, Rodríguez-Moñino comenzó a poner a disposición del lector moderno los viejos *cancioneros* y *romanceros*, en ediciones tan impecables como atractivas, sacando del olvido preciosas joyas bibliográficas, hasta entonces más o menos inaccesibles y más o menos mal conocidas.” (Diego Catalán, “Memoria e invención en el romancero de tradición oral. Reseña crítica

mergulhada na obscuridade. Atentemos, a este respeito, nas sensatas palavras de Aurelio González:

A pesar de las ya mencionadas manipulaciones de los romances de la tradición oral, y de la indudable selección de las mejores versiones efectuadas al momento de la publicación, podemos considerar el Romancero viejo como un **reflejo válido**<sup>3</sup> del estado de la tradición oral en este primer momento de la vida madura del romancero;<sup>4</sup>

Como se depreende da citação, a tónica da questão reside na manipulação efectuada pela imprensa dos séculos XVI e XVII, relativamente aos textos que circulavam na tradição oral deste período e que inviabiliza o que todos desejaríamos: conhecer a vida oral do Romanceiro na época.

Deste modo, impõe-se ao crítico a adopção de uma atitude realista, na medida em que deverá ter sempre presente a noção de que o texto do século XVI que lhe chega às mãos é fruto de uma selecção e/ou de um burilamento discursivo da autoria do editor, o que, por si só, o afasta do texto que hipoteticamente circularia por via memorial. Esta manipulação, absolutamente condenada pelo entendimento hodierno do Romanceiro e que, ousou afirmar, nos choca, não me parece, no entanto, muito distanciada da visão romântica defendida por Garrett. Com as devidas distâncias, o que faz Garrett com os romances que lhe chegam da tradição oral? Pois bem, compõe versões factícias a partir de textos com diversa origem geográfica, que selecciona e maneja com o intuito de apresentar ao público da época a legítima literatura nacional, de raízes medievais, que serviria de modelo poético a seguir. Na melhor das hipóteses, saliente-se, “aperfeiçoa” a versão tradicional, com retoques estilísticos bem ao gosto romântico desenhados pela sua pena, mas sempre com o

---

del olvido preciosas joyas bibliográficas, hasta entonces más o menos inaccesibles y más o menos mal conocidas.” (Diego Catalán, “Memoria e invención en el romancero de tradición oral. Reseña crítica de publicaciones de los años 60 (1970-1971)”, in *Arte poética del romancero oral - parte 1ª. Los textos abiertos de creación colectiva*, Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 1997, p. 31.).

<sup>3</sup> Negrito meu.

<sup>4</sup> *Formas y funciones de los principios en el Romancero Viejo*, Cuadernos Universitarios 16, División de Ciencias Sociales y Humanidades - Departamento de Filosofía - Área de Literatura y Lingüística, México, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa, 1984, p.9.

mérito de tentar, por uma aproximação mimética à “gramática tradicional”, não se afastar do ambiente oral em que o romance vive<sup>5</sup>. Portanto, aplicar-se-á, a meu ver, também aos romances impressos no século XIX, sob o jugo da escola romântica, o conceito de “reflejo válido” relativamente à tradição oral. Pese embora o facto de todos estarmos conscientes da intervenção romântica nos romances da tradição, jamais poderemos advogar que os textos publicados em 1851 não possuem, de facto, uma base tradicional. O mesmo sucede, penso, com as impressões antigas.

Subscrevo, assim, as palavras de Aurelio González, se não entendermos o “reflejo” como uma identificação absoluta, fiel e, acima de tudo, ingénua, dos textos impressos no século XVI com a Tradição Oral do período em causa. Podemos, não obstante, conjecturar acerca do possível estado dessa tradição, tendo como ponto de partida os documentos editados. O que pretendo, no fundo, sublinhar, é o facto de não se dever entender como entidades estranhas e alienadas o Romanceiro Velho e a conjectural Tradição Oral Antiga.

Com o exposto corro, contudo, o risco de manifestar uma dificuldade em discernir os abismos existentes entre o Romanceiro enquanto género oral e o Romanceiro enquanto género “culto”, cujo “habitat natural” é constituído pelos *cancioneros* e *romanceros*. No sentido de o negar, destaco o pioneirismo de Diego Catalán<sup>6</sup> ao preconizar uma autonomia literária entre a Tradição Oral Moderna e o Romanceiro Velho. Por outras palavras, é necessário não encarar o Romanceiro

---

<sup>5</sup> Caso à parte constitui o romance “Adozinda”, dado à estampa em 1828 (João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, *Adozinda. Romance*, Em casa de Boosey & Son, e de V. Salva. 1828), bem como os romances editados em 1843 no *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, I, Lisboa. Typ. da Soc. Propagadora dos Conhecim. Uteis, os quais consistem na refundição, elaborada por Garrett, de romances oriundos da tradição oral, em textos de sua criação. A título de exemplo, destaco “O chapim d’ el-rei ou parras verdes”, ou ainda a recriação de “Bernal francês”. No entanto, os romances por ele publicados em 1851 no *Romanceiro*, II e III, Lisboa, Na Imprensa Nacional, denotam o tipo de labor por mim assinalado. Estamos perante textos da tradição, mais ou menos dela distanciados, consoante o grau de intervenção do visconde.

<sup>6</sup> Cf. “A modo de prólogo. El romancero tradicional moderno como género con autonomía literaria”, in *op. cit.*, pp. IX-XXXII.

Oral Moderno como “ una sobrevivencia anacrónica de una poesía perteneciente a otros tiempos”<sup>7</sup> dada a lume por editores como Nucio ou Nájera. A **tradicionalidade** é, no entender de Diego Catalán, factor *sine qua non* para a cisão entre os dois “romanceiros”. Assim, fornece-nos os critérios para a delimitação do género Romanceiro Tradicional Moderno, a saber: “criterio de tradicionalidad”, “criterio de modalidad del relato” e “criterio de funcionalidad”<sup>8</sup>. A “declaração de autonomia” da Tradição Oral Moderna funda-se, pois, na fixação de uma “gramática” própria do romance tradicional. Recorro, então, às palavras de Diego Catalán com o objectivo de desfazer ambiguidades e clarificar radicalismos inexistentes, visto considerar fundamental termos sempre em mente que, apesar de tudo, estaremos a lidar com expressões literárias distintas.

Por outro lado, afigura-se-me pertinente salientar a essencialidade da adopção de uma perspectiva diacrónica relativa à abordagem do Romanceiro, sem nunca perder de vista que a grande maioria dos romances dados a lume no século XVI, fixados nos cancioneros e folhetos de cordel de então, reflectem, tão-só e apenas, um determinado momento da Tradição Oral (corte sincrónico). Os fenómenos de retenção e inovação aplicados pela Tradição Oral ao Romanceiro, observáveis nos textos recolhidos no presente, reflectem, nada mais nada menos, do que a vivência tradicional do género, num devir incessante<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Id., *art. cit.*, pp. XXIV.

<sup>8</sup> Cf. id., *art. cit.*, pp. XXVI-XXXII.

<sup>9</sup> Remeto para o já citado estudo de Diego Catalán “Memoria e invención en el romancero de tradición oral. Reseña crítica de publicaciones de los años 60 (1970-71)”, pp. 31-88. Neste trabalho, o autor não advoga uma posição contraditória no que concerne à autonomia do género Romance Tradicional, ao invés do que podemos deduzir, numa primeira instância. Importa notar que estamos perante níveis distintos. Ao afirmar que “El romance no es primero estructura y luego tradición, sino que es, al mismo tiempo y en todo momento, tradición estructurada o estructura tradicional” (p. 52), Diego Catalán não cai em qualquer contrasenso. Pura e simplesmente trata o assunto a um outro nível, segundo outro ângulo de visão. A Tradição Moderna é, de facto, autónoma, mas não pode contestar a sua genealogia.

## A necessidade de uma visão diacrónica do “Conde Claros”

Em primeiro lugar, por quê a eleição do “Conde Claros en hábito de fraile”? Na realidade, trata-se de um romance que permanece, pese embora a atenção que a crítica lhe tem dedicado, confinado a um nebuloso obscurantismo. Depois, porque a Tradição Portuguesa é fecunda em versões, o que atesta o seu êxito no nosso país e aguça a curiosidade do crítico, ao mesmo tempo que facilita a investigação.

Na primeira parte deste trabalho, centrar-me-ei exclusivamente na presença documental do romance “Conde Claros” na Tradição Antiga, na tentativa de proporcionar, tanto quanto possível, uma síntese daquilo que já foi pensado e proposto acerca da vivência do “Conde Claros” nos tempos mais recuados da sua vida escrita. Deste modo, os problemas atrás levantados sobre os cuidados que devemos assumir ao trabalhar com os textos do século XVI constituirão sempre princípios norteadores do presente trabalho. Aqui, apesar de o estudo das versões modernas recair sobre o “Conde Claros en hábito de fraile”, foco todas as manifestações romancísticas antigas do “Conde Claros” que nos chegaram através da imprensa. Ao fazê-lo, as minhas pretensões são, tão-só, mostrar como no século XVI existiam já diversos romances (sublinho: não diversas versões, como alguns pretendem) que apresentam como personagem principal o dito conde, os quais estão em conexão directa com os vários romances do “Conde Claros” que a Tradição Oral Moderna herda e, por vezes, ainda que escassas, nela se contaminam. Creio, ainda, fundamental para a compreensão de um estudo fundamentado em pressupostos diacrónicos, um olhar sólido e bem alicercado no que à Tradição Antiga diz respeito.

Quanto à segunda parte do estudo (cerne da investigação) o objecto de trabalho recairá sobre a Tradição Oral Moderna Portuguesa propriamente dita. Todavia, o olhar norteador desta abordagem não pretende encarar esta tradição somente enquanto fenómeno circunscrito a um tempo moderno. A percepção de que os estudos que entendem o “Conde Claros” da Tradição Moderna Portuguesa à luz de uma sincronia hermética deixam grandes questões em aberto (tal como a das contaminações iniciais, por exemplo), levam-me a propor uma visão diacrónica que se funda na relação dialéctica entre “memoria” e “invención” patenteada por Diego Catalán no artigo citado (*vide* nota 9), no sentido de tentar clarificar algumas dessas problemáticas. Esta dialéctica assumirá, pois, o papel estruturante do estudo e não será perdida de vista.

A organização do estudo por mim desenhada acompanhará a própria organização narrativa do romance. Em primeiro lugar estabelecerei, em traços gerais, as grandes heranças que o romance moderno evidencia, ao nível da estrutura temática. Depois, preconizo um percurso que coincidirá com o próprio esquema narrativo do “Conde Claros en hábito de fraile”. Em cada momento deste ensaio os princípios fundadores da “memoria” e da “invención” face ao texto antigo serão aplicados, mesmo a um nível tão instável como o do discurso.

Sempre que possível, é minha intenção apresentar conclusões de geografia folclórica, no que é atinente à distribuição espacial dos fenómenos em estudo, quer estes se confinem ao domínio fabular quer ao discursivo. Por outro lado, deter-me-ei sobre a configuração das personagens, também numa perspectiva diacrónica, perscrutando se estas sofreram alterações de comportamento, se a tradicionalização à qual o romance se expõe permanentemente desencadeou novos entendimentos das mesmas, tendo sempre presente a impressão do século XVI.

Com estas palavras iniciais creio ter focado dois aspectos a reter: em primeiro lugar, chamo a atenção do leitor mais desprevenido para toda a problemática que envolve as relações entre a Tradição Antiga e a Oral Moderna, salientando que, ainda que este trabalho se apoie no confronto entre estas duas etapas, não descuro as questões que as relações entre elas levantam; por outro lado, encontra-se desde já justificada a pertinência da abordagem diacrónica que pretendo levar a cabo aplicada ao “Conde Claros en hábito de fraile”.